



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Orientadora: Debora Holanda Leite de Menezes

Aluna: Simone Beatriz Ferreira

Rio de Janeiro

2022

Simone Beatriz Ferreira

Serviço Social: reflexões sobre a experiência de estágio na saúde pública

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

05 de Agosto de 2022

Aprovada em _____

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Débora Holanda Leite de Menezes - ESS/UFRJ

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Ana Izabel Moura de Carvalho - ESS/UFRJ

Prof. Dr. Guilherme Almeida - ESS/UFRJ

CIP - Catalogação na Publicação

F383s
Ferreira, Simone Beatriz
Serviço Social: reflexões sobre a experiência de
estágio na saúde pública / Simone Beatriz Ferreira.
-- Rio de Janeiro, 2022.
50 f.

Orientadora: Débora Holanda Leite de Menezes.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2022.

1. Estágio. 2. Hospital. 3. Serviço Social. 4.
Saúde. 5. Formação acadêmica. I. Holanda Leite de
Menezes, Débora, orient. II. Título.

AUTORIZAÇÃO

SIMONE BEATRIZ FERREIRA, DRE 114074606, AUTORIZO a Escola de Serviço Social da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, 05 / 08 / 2022 .

Simone Beatriz Ferreira

RESUMO

O trabalho tem como objetivo contribuir com reflexões acerca do estágio em Serviço Social, a partir de experiências vividas no interior de um Hospital Universitário e dentro de uma das maiores Universidades Federais do país. Baseia-se em pesquisa bibliográfica, sobretudo no contexto histórico da Política de Saúde no Brasil e na análise breve da conjuntura das políticas sociais e no estudo do diário de campo, partindo da experiência acadêmica em uma unidade de saúde. Durante o desenvolvimento do trabalho, trazemos reflexões sobre os limites e desafios colocados ao profissional a partir desse contexto societário. Destacando as atuais configurações do mundo do trabalho e seus impactos na saúde, refletimos sobre os desafios da profissão na viabilização do acesso e a qualidade dos serviços de saúde na perspectiva da afirmação dos direitos sociais.

Palavras-chave: Serviço Social, estágio, saúde, hospital, formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Ufa, mais uma etapa concluída. Agradeço a Deus, por ter me dado forças para seguir em frente.

Agradeço a minha mãe Penha, serei eternamente grata pelos ensinamentos e educação que me tornaram a pessoa que sou hoje, saiba que és minha heroína.

A minha irmã caçula Camila Vitória, agradeço por todo apoio e admiração que me estimularam a seguir em frente, saiba que sua dedicação aos estudos me inspira.

Agradeço a minha companheira Simone, pelo incentivo e motivação, saiba que você é um grande exemplo de superação.

A José Lopes (in memoriam) digo que a saudade é grande, tanto quanto a vontade de que estivesse aqui brindando esse momento conosco.

A minha orientadora, Débora Holanda, agradeço por não ter desistido de mim, mesmo nos momentos em que eu já havia desistido, sempre presente me estimulando a seguir em frente e concluir esse trabalho.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação, saiba que carrego na memória cada momento de aprendizado que vivi ao lado de vocês.

Aos amigos e familiares agradeço pelo apoio, companheirismo, acolhimento e todos os inúmeros momentos de felicidade e alegria que tornaram minha trajetória mais leve.

Sumário

Introdução.....	7
Capítulo 1 – O lugar do estágio na formação em Serviço Social	9
Capítulo 2 – Os Desafios da supervisão de estágio em Serviço Social	21
Capítulo 3 – Relatos de um estágio: Serviço Social na Saúde	34
Considerações Finais	42
Referências Bibliográficas	48

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo contribuir com reflexões acerca do estágio em Serviço Social, a partir de experiências vividas no interior de um unidade quaternária de saúde, buscando fomentar a discussão sobre as contribuições do estágio na formação profissional, pois o estágio em Serviço Social é fundamental no processo de construção da relação teoria e prática.

Segundo Netto (1996, p. 124), “as possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional só serão convertidas em ganhos profissionais [...] se o Serviço Social puder antecipá-las”, o autor diz ainda que tais possibilidades serão configuradas “por tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias socioprofissionais.”

Partindo dessa citação de José Paulo Netto, faço algumas reflexões acerca da minha experiência enquanto estagiária do Serviço Social em um Hospital Universitário, local esse muitas vezes marcado por essas tensões e conflitos que o autor cita, onde essas tensões eram usadas para refletirmos sobre a importância do Estágio de Serviço Social na formação profissional, principalmente por estarmos em um espaço de grandes oportunidades de aprendizado, apesar das atuais condições do mundo do trabalho, levando-se em conta o momento político que o país está passando, onde cada vez mais somos vítimas de um governo que ameaça diariamente a garantia dos direitos da população, vivenciando diariamente o retrocesso político do país, sobreviver à retirada de direitos adquiridos ao longo dos anos tem se tornado cada vez mais frequente, principalmente para a classe menos favorecida.

Darei ênfase a alguns momentos vivenciados durante a graduação, pois enquanto aluna/trabalhadora abdiquei de muitas oportunidades acadêmicas por ter que trabalhar, assim como muitos outros alunos que com tantas dificuldades mal conseguem vivenciar o processo da graduação e estágio, muitas vezes apenas passam pela graduação.

Ou seja, vivermos em uma sociedade onde as transformações societárias típicas do capitalismo, estão cada vez mais ceifando nossas oportunidades de formação profissional qualificada me impulsionou a ter como objeto de estudo o estágio em Serviço Social, pois é uma profissão que tem um compromisso teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo com nossa formação.

Desse modo, no primeiro capítulo, vamos ter como base para nossas reflexões, normas e legislações relativas à temática, para debatermos sobre o lugar do estágio na formação em Serviço Social.

No segundo capítulo, vamos refletir sobre os desafios da supervisão de estágio em Serviço Social, trazendo algumas reflexões, principalmente sobre os impactos do neoliberalismo para a categoria profissional e seus estudantes e docentes.

Por fim, no terceiro capítulo, vamos a partir do conceito ampliado de saúde, fazer algumas reflexões sobre o estágio na área da saúde.

Ressalto que enquanto estagiários, devemos ter consciência que temos uma direção social a seguir, devemos ter compromisso com a defesa dos direitos humanos, da democracia, da igualdade e da justiça social.

CAPÍTULO 1 – O lugar do estágio na formação em Serviço Social

O Serviço Social até os anos 1970 se manifestava a partir de três tendências, uma delas referente a modernização conservadora, de orientação tecnicista e funcionalista, de manutenção do *status quo*, outra tendência era a desenvolvimentista e reformista dos anos 1950 e 1960 e por fim a vertente da renovação da profissão.

A renovação do Serviço Social¹ brasileiro teve sua origem em meados da década de 1960 se apresentando a partir de três tendências, a modernizadora, alicerçada nos documentos de Araxá e Teresópolis², em que o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo, a outra tendência se apresentou a partir da reatualização do conservadorismo, cuja concepção se assentava na fenomenologia pela auto representação da profissão, rejeição ao positivismo, presente na tradição modernizadora, e a teoria social de Marx; e por fim se expressou no legado marxiano e na tradição marxista por meio do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo, que conquistou sua hegemonia a partir de 1979.

Durante esse período, o processo de renovação avançou principalmente no movimento sindical da categoria profissional do Assistente Social, em especial no debate da formação profissional e na questão das políticas sociais, nesse momento o Assistente Social constrói uma postura crítica.

¹ De acordo com Netto (2011), o processo de renovação do Serviço Social brasileiro se dá por meio do entrelaçamento de duas dinâmicas: as demandas sócio-institucionais postas à profissão e a dinâmica interna da realidade profissional.

² O documento de Araxá, como ficou conhecido, foi elaborado por 38 Assistentes Sociais, diz respeito ao “rompimento” com as bases mais tradicionais da profissão, com os processos de Casos, Grupos e Comunidades. O que foi proposto não foi um rompimento propriamente dito, mas o tradicional sobre novas bases.

É importante ressaltar que durante esse processo, ocorre a fundação de um partido classista, de massas, emergindo das mobilizações e greves que ocorriam no ABC paulista, trata-se do Partido dos Trabalhadores (PT), onde os trabalhadores, estudantes, dentre vários outros setores da sociedade começavam a se organizar e buscavam ampliar os canais de participação na sociedade civil, encaminhando suas reivindicações por intermédio dos movimentos populares e sindicais.

Tal organização se concretiza na perspectiva da autonomia e liberdade dos movimentos em relação ao Estado e aos partidos políticos.

No período de 1979-1984, se inicia uma nova fase na organização dos trabalhadores do país.

O protagonismo operário opera uma viragem no processo político: arrastando consigo, e conferindo-lhe um sentido político anti-ditatorial, o caudal de demandas econômico-sociais reprimidas da massa urbana, desperta e mobiliza para a participação cívica amplos segmentos da população. [...] Em suma, o protagonismo operário traz à tona a crise do regime ditatorial, torna-a inteiramente visível no final dos anos 1970 e a conduz a seu momento terminal: compele a oposição burguesa a avançar, inviabiliza a reprodução do regime ditatorial e cria condições para projeções societárias diferentes no Brasil (NETTO, 2009, p. 26-27)

Desse modo, os Assistentes Sociais descobriram uma porta de entrada muito provocativa para a análise da prática profissional, conforme evidencia Erundina:

Aos poucos a população foi tomando consciência dos seus direitos e de sua força, começando a se mobilizar para exigir mudanças. Foi quando passaram a surgir diversos movimentos populares para reivindicar políticas públicas, destinadas a atender seus direitos sociais e de cidadania. Lembraria, por exemplo, o movimento contra a carestia, a luta dos moradores de favelas por ligação de água e luz em seus barracos, de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo ocupavam, o movimento por creches, por serviços de saúde, por moradia, por melhorias urbanas, e tantas outras lutas que marcaram a vida de homens e mulheres do povo, naquele período, o que os tornaram sujeitos políticos construtores da sua própria história. Os Assistentes Sociais tiveram participação destacada na construção desses movimentos e no encaminhamento de suas lutas, como profissionais comprometidos com os interesses populares, ao mesmo tempo em que se organizavam para reivindicar seus próprios direitos como trabalhadores assalariados (ERUNDINA, 2009, p. 109).

Nesse período supõe que o Assistente Social já tenha em sua bagagem uma competência teórica e uma fidelidade ao movimento da realidade, assim como

competência técnica e ético-política que subordine o "como fazer ao o que fazer e assim ao dever fazer", sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

O estágio³ em Serviço Social tem papel essencial para formação do Assistente Social, aliado a um ensino superior de qualidade contribui para um processo completo de formação, onde os alunos da graduação do curso de Serviço Social podem a partir da inserção no campo de estágio, participar do cotidiano profissional.

O estágio supervisionado em Serviço Social foi inserido na grade curricular como disciplina obrigatória em 1996, com as Diretrizes Curriculares, configurando-se como um elemento essencial para plena formação profissional.

Devemos ver nas diretrizes curriculares⁴ as condições fundamentais para compreender a necessidade de mediações históricas e a importância do estágio para a formação dos futuros Assistentes Sociais, principalmente na atual conjuntura, onde temos uma intensificação da precarização da formação e do exercício profissional, daí a importância de mantermos na luta pela qualidade na formação e em defesa da profissão, onde o estágio é de fundamental importância para a formação de profissionais que tenham comprometimento com a qualidade dos serviços prestados à população usuária, como nos é dito na Brochura do CFESS (Meia formação não garante um direito).

Esse movimento, fecundou no espaço profissional a necessidade de uma debate comprometido com a formação profissional dos futuros Assistentes Sociais, baseados na relação da teoria e prática. Compreender o significado da profissão na sociedade capitalista e a relação teoria e prática é fundamental para garantir uma formação e um exercício profissional que não reproduzam equívocos e posturas fatalistas ou messiânicas quanto às possibilidades de materialização de nosso projeto ético-político no cotidiano.

³ O estágio foi inserido nos currículos como uma "atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática" (ABESS, 1999).

⁴ As diretrizes curriculares do curso de Serviço Social expressam a historicidade de uma profissão que "se transforma ao transformar-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve" (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 60).

A tarefa que se coloca para todos nós Assistentes Sociais é acionar as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política no cotidiano da formação e trabalho profissional.

Todo esse processo se tornou possível pela intenção de ruptura que vivenciou o Serviço Social, onde cada vez mais a categoria profissional foi ganhando forma, e a necessidade de um projeto ético político da profissão se fez cada vez mais necessária, onde a partir disso se iniciou um debate sobre a construção desse projeto, que teve sua base na crítica ao conservadorismo.

Foi neste contexto de intenção de ruptura que o projeto profissional crítico toma corpo, evidenciando interesses significativos da categoria profissional. As diretrizes norteadoras desse projeto se prolongaram no Código de Ética Profissional do Assistente Social, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (1993), e na Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996).

Nesse contexto, a intenção de ruptura com o conservadorismo rompeu com seu tradicionalismo, sendo possível buscar novos ares teóricos e metodológicos que visavam o alcance de objetivos do trabalho profissional, a partir de um novo direcionamento ético político, pautado e articulado com as demandas das classes trabalhadoras.

Reafirmando seu compromisso com a categoria, foi aprovada a Resolução CFESS n° 533/2008, que regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, atribuição privativa da/o assistente social, prevista no Artigo 5°, Inciso VI da Lei n° 8662/1993, representando um avanço na defesa da qualidade na formação e no exercício profissional da/o assistente social, ao normatizar e orientar “a relação direta, sistemática e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, as instituições campos de estágio e o CRESS – Conselho Regional de Serviço Social na busca da indissociabilidade entre formação e exercício profissional”.

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 4º da Resolução CFESS 533/2008, a supervisão é compreendida como a “conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do

supervisor de campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo supervisor vinculado a instituição de ensino”.

Mas em uma sociedade capitalista a qual fazemos parte, essa “conjugação” perpassa por muitas variáveis, o que torna esse processo de estágio um momento de tensão, pois nos tempos atuais, demanda, necessariamente, refletirmos sobre a maneira que a educação tem sido conduzida nessa sociedade, onde o processo educacional está sendo em muitas ocasiões reduzido à mercadoria.

Algumas das principais variáveis desse momento podem ser identificadas como precarização do ambiente de trabalho, falta de acúmulo teórico referente ao tema, falta de profissionais qualificados para receberem os estagiários, dentre outras, mas esse movimento da realidade nos força a refletir e buscar posturas críticas, pois no cotidiano muitas vezes a lógica é avessa aos direitos sociais, principalmente em uma sociedade capitalista, onde a ordem é priorizar o desenvolvimento desigual entre classes.

Nesse sentido que se torna fundamental essa “conjugação” entre supervisor e estagiário, para que seja possível haver uma compreensão da realidade, para que se tenha referência teórica e metodológica da profissão e acima de tudo que os supervisores tenham uma postura profissional crítica e atuem na defesa intransigente do projeto profissional, respeitando valores e atuando com ações emancipatórias na defesa da classe menos favorecida diante dessa sociedade capitalista.

Os rumos da educação superior nessa sociedade, principalmente com o aumento no número de EAD, nos estimula a ser ativos na construção de ações inovadoras e eficazes na luta contra o projeto neoliberal. E é nessa perspectiva, ou seja, na luta contra o neoliberalismo, que devemos lutar contra o desmonte das políticas sociais públicas e o atual direcionamento da política educacional de ensino superior, onde se destacam a massificação do acesso e a precarização do trabalho docente em todos os âmbitos em que se insere: ensino, pesquisa e extensão.

É necessário construir articulações e estratégias para o enfrentamento dessas questões que são prejudiciais a uma formação qualificada. É nesse contexto

de precarização do estágio, provocado principalmente pelo alto número de EAD, onde por questões de logística os requisitos fundamentais para uma formação e supervisão de estágio não são cumpridos, que foi promulgada a resolução nº 533/2008/CFESS, como forma de regulamentar a supervisão direta de estágio em Serviço Social.

No artigo 2º, diz que a supervisão de estágio em Serviço Social é uma atividade privativa do assistente social, tendo como referência a Lei de Regulamentação da Profissão. No art 3º § único, o número de estagiários a serem supervisionados, onde o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho do profissional de campo. No art. 8º afirma que tanto o supervisor de campo, quanto o supervisor acadêmico têm responsabilidade ética e técnica durante o processo de supervisão direta. (Resolução CFESS 533/2008).

No art 4º afirma que a relação entre a unidade acadêmica e a instituição pública ou privada que recebe o estudante precisa ser estabelecida, sendo que caberá ao(s) supervisor(es) de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino, incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio; e que caberá aos supervisores, acadêmico e de campo e ao estagiário construir o plano de estágio, do qual constem papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada semestre/ano letivo.

Para agregar materialidade no fortalecimento e na defesa das condições de estágio, foi elaborada coletivamente e sistematizada pela ABEPSS em 2009 a PNE (Política Nacional de Estágio), onde a concepção de estágio supervisionado curricular apresenta-se nas modalidades obrigatório e não obrigatório.

Nesse sentido o estágio é concebido como um processo didático-pedagógico tendo a “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional”, tendo como referência um dos princípios das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, onde tal indissociabilidade, caracteriza-se, pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do(a) estudante nos espaços socioinstitucionais nos quais trabalham os(as) Assistentes Sociais, capacitando-o(a)

nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional (PNE, 2010, p. 14).

É na PNE que estão as atribuições dos supervisores acadêmicos, de campo e do estagiário, trazendo ainda definições da atribuição de cada um desses sujeitos.

“Aos(às) supervisores(as) acadêmicos(as) compete o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. Aos(às) supervisores(as) de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão.

E ao(à) estagiário(a), sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social.” (PNE/ABEPSS, 2010)

É fundamental manter um diálogo constante entre supervisão de campo e acadêmica, mesmo que haja peculiaridades entre suas atribuições, deve existir a “relação direta, sistemática e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, as instituições campos de estágio e os Conselhos Regionais de Serviço Social, na busca da indissociabilidade entre formação e exercício profissional” (CFESS, Resolução 533/2008).

Essa articulação entre campo e Universidade é fundamental, pois traz grandes contribuições para o processo de formação, propiciando ao aluno um momento de aproximação com a ação profissional, possibilitando realizar análises críticas sobre situações que emergem cotidianamente na sociedade, desvelar fenômenos e as expressões da “Questão Social”, além das contribuições para os supervisores e campos de estágio, pois tornam-se um espaço rico para a formação profissional e atualização dos profissionais inseridos neste espaço sócio ocupacional.

Além disso, a supervisão de estágio na formação em Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação

profissional: uma supervisão acadêmica que caracteriza a prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor supervisor no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades práticas institucionais do estudante pelo Assistente Social, nos campos de estágio (PNE/ABEPSS, 2009, p.19).

O estágio supervisionado, é realizado sob orientação dos supervisores de campo e acadêmicos, que acompanham o estagiário nestes dois âmbitos, deste modo, uma supervisão é complementar a outra e cada uma possui suas especificidades. Não obstante, a ação não se reduz a apenas “ensinar” o conteúdo teórico e o prático, considerando que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (CFESS, Res. 533/2008, p.2).

No texto filosofia da Práxis, Vázquez diz: “A prática não só funciona como critério de validade da teoria, mas também como seu fundamento, já que permite superar limitações anteriores mediante seu enriquecimento com novos aspectos e soluções”, entendo que a teoria me dá embasamento para compreender a realidade, mas quando se conhece a realidade, a teoria já não basta para compreendê-la.

Sendo assim, faço uma comparação com o estágio, onde o aluno pode se inserir em diferentes espaços sócio ocupacionais, podendo “trocar” conhecimento com seus supervisores de maneira que em cada momento de construção e apreensão da realidade seja possível se qualificarem e a partir de determinados instrumentos, tais como entrevistas por exemplo, seja possível contribuir para uma prática profissional cada vez mais qualificada.

Daí a importância da atualização profissional do Assistente Social, pois a precarização e a necessidade de informação de determinados campos de estágio, faz com que surjam novas necessidades da sociedade, o que pode refletir na

necessidade de criação de novas “profissões”, onde se o Assistente Social, não tiver competência teórica e instrumentalidade para uma prática atuante e crítica será facilmente substituído por outro profissional, que pode até ser um mero executor de determinadas atividades.

A supervisão em Serviço Social é atribuição privativa do profissional graduado em Serviço Social, de acordo com a alínea VI do artigo 4º da Lei 8.662 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

Guerra (2002) aponta que o estágio supervisionado é onde se constrói a identidade profissional e é marcado por práticas voltadas para o enfrentamento da “Questão Social” e suas expressões. Assim, esta atividade curricular deve vislumbrar a formação de profissionais qualificados, capazes de investigar e produzir conhecimentos sobre sua prática dentro de um contexto socioeconômico e político, bem como para compreender e reconstruir o cotidiano.

De acordo com Santana (2012, p.8), considerando o Serviço Social como uma profissão de caráter interventivo face à realidade, a importância do estágio reflete a compreensão de que é no movimento do real que as práticas são gestadas, assim como as possibilidades, ou seja, é no real que problemas são encontrados, assim como é na relação com a realidade que se encontram soluções.

O estágio é o momento de apreensão deste movimento, da reflexão do fazer, da sistematização das atividades vivenciadas no cotidiano, de refletirmos o pensamento da prática social, ou seja, é uma forma de apropriação de elementos de crítica.

Desta maneira, não é apenas um espaço o qual o aluno se capacitará para o exercício profissional, mas também obterá conhecimento das relações que formam a complexa sociedade, bem como fará aproximações com a práxis, desencadeará processos reflexivos acerca do concreto real.

O estágio supervisionado permite que o aluno estagiário se aproxime da ação profissional e a partir disso crie sua própria identidade profissional, sendo possível que este processo de supervisão de estágio seja algo criativo, dinâmico que propicie elaboração de novos conhecimentos ao aluno e atualização profissional dos

supervisores de campo, permitindo ao aluno um acúmulo de experiências, oferecendo oportunidades em um campo de ação, propiciando aproximação com a realidade concreta, trazendo um aperfeiçoamento profissional e intelectual, aguçando suas habilidades e competências, ou seja, é o momento do processo de formação, momento de errar e aprender.

De acordo com Yolanda Guerra (2002, p. 5) “[...] só o estágio permite a análise concreta de situações concretas”.

Desse modo, o objetivo do estágio tem que ser pautado em menos resultados imediatos de suas ações e focar no desenvolvimento do potencial reflexivo e na capacidade crítica da sua ação, pois é um espaço privilegiado, onde se pode ampliar as possibilidades de análise da realidade, assim como compreender as dimensões constitutivas das “Questões Sociais” que se apresentam no campo. Sendo o caminho pelo qual se pode superar o nível de uma racionalidade imediata que é própria da vida cotidiana, pois coloca o aluno diante de fenômenos concretos que perpassam por múltiplas determinações, por ser um processo didático pedagógico, o estágio exige uma supervisão direta, seja ele obrigatório ou não.

No que tange ao estágio não-obrigatório, está especificado no Parágrafo 1º do Artigo 2º da lei 11.788 de 2008 que “é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”, ou seja, é aquele que o/a aluno/a poderá realizar, se assim for permitido pela Instituição de ensino.

A Política Nacional de Estágio (PNE) elaborada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), traz como sua responsabilidade, no âmbito da formação profissional, “garantir que a experiência do estágio supervisionado curricular não obrigatório seja apropriada pelos estudantes para a melhoria de suas habilidades, capacidades e conhecimentos, nos níveis teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, e não aproveitada como mecanismo de contratação precária de força de trabalho semi especializada, menos ainda como substituto à ausência de uma política universitária de assistência estudantil.”

Já o estágio obrigatório “é definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma”, então, se o discente não cumprir o estágio conforme exigido, é passível de sanções, como ter a disciplina curricular de estágio dependente.

Destaco que conforme os princípios fundamentais, dispostos no Código de Ética do Assistente Social, é competência do profissional o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual”, ou seja, tal comprometimento reflete diretamente no compromisso que o supervisor terá com seu estagiário, visto que precisa adquirir conhecimentos específicos para exercer a supervisão de campo, ou seja, dependendo do papel desenvolvido pelo supervisor no âmbito acadêmico e no campo de estágio suas ações refletiram na formação do aluno, sendo este momento importante no processo de criação de sua própria identidade como futuro Assistente Social.

É notório que com o estágio supervisionado, as instituições tornam-se um espaço rico para a formação profissional, além de trazerem grandes contribuições no processo de formação do Assistente Social, propiciando aos alunos um momento de aproximação com a ação profissional, sendo possível realizar análises críticas, desvelar fenômenos e expressões da “Questão Social” que emergem cotidianamente nos campos sócio-ocupacionais.

Ressalto que tais leis e resoluções são um passo importante na defesa e garantia de uma formação de qualidade, mas destaco que devemos ter consciência que logo seremos parte integrante da classe trabalhadora, onde teremos que ir à luta, onde teremos que enfrentar dia após dia as propostas impostas pelo governo, que cada vez mais atua em favor do grande capital, ou seja, temos que ter a consciência que é nessa correlação de forças, através de lutas que ainda resistiremos, logo se estivermos inseridos em um campo de estágio, respaldados por lei e resoluções que assegurem tal posicionamento, teremos grandes possibilidades de uma formação acadêmica cada dia mais balizada com os princípios e diretrizes do Código de Ética do Assistente Social.

Vejo no curso de Serviço Social da UFRJ, assim como durante o processo de estágio, elementos fundamentais que contribuem de forma qualificada para nossa formação profissional, onde de acordo com a definição expressa na página da Pró Reitoria de graduação - PR1 - “A formação profissional é norteadada pelos princípios de criticidade, competência e compromisso com a democracia e a cidadania”.

Neste capítulo, após uma breve contextualização histórica acerca do Serviço Social no Brasil, trouxemos algumas resoluções e elementos normativos como base para uma reflexão sobre o lugar do estágio na formação profissional.

CAPÍTULO 2 – Os Desafios da supervisão de estágio em Serviço Social

Sabe-se que o Assistente Social possui como maior empregador a esfera governamental, principalmente nas políticas de saúde e assistência social, segundo dados do CFESS (2005). Apesar do Estado ser o maior contratante, isso não reflete em um maior número de vagas em concursos públicos para a área, pelo contrário, o que se mostra é cada vez mais um aumento no número de profissionais contratados por tempo indeterminado, cargos temporários ou com vínculo CLT, haja vista, que reflete o modelo de Estado Neoliberal.

O Estado Neoliberal tem impactado diretamente na operacionalidade das políticas sociais, as quais se tornam alvo do corte de recursos públicos. Neste contexto, os Assistentes Sociais têm vivenciado os problemas decorrentes do mundo do trabalho. Uma das questões presenciadas no cotidiano, tem sido a rotatividade cada vez maior nos espaços de trabalho devido às frágeis relações trabalhistas, que cada vez mais se mostram instáveis e precarizadas, onde o profissional pode ser descartado facilmente ou sair do seu emprego atual para ir em busca de melhores oportunidades, mas que no final se mostram ser tão instáveis quanto a anterior.

No neoliberalismo, o Estado atua em favor das propostas do capital, onde a lógica é a redução dos custos sociais, além de manter a desigualdade e o desemprego na sociedade, com o objetivo de reproduzir cada vez mais o capitalismo.

No projeto neoliberal, o Estado responde de maneira mínima as expressões da “Questão Social” e maximamente aos interesses do grande capital. Logo, como consequência, os direitos sociais são cada vez mais fragilizados.

De acordo com Mota (2010), considerando o contexto atual brasileiro, de privatização e principalmente de mercantilização das políticas de saúde e previdência, tem-se dado destaque à população mais pobre da sociedade, no qual se expande a política de assistência social - possui como foco os programas de transferência de renda – que se caracteriza como compensatória, sendo adotada

pelo Estado brasileiro, como principal estratégia de enfrentamento da “Questão Social” sendo tratada como “a política de proteção social” e não como parte integrante desta.

De fato a desarticulação apresentada entre estas políticas na atualidade pode ser apontada como um entrave para o exercício profissional, pois desconsidera a totalidade social a qual os indivíduos estão inseridos, fragmentando não apenas a demanda, mas também o próprio usuário, em muitos casos servindo de trampolim político e favorecendo aos interesses do capital.

Atualmente estamos vivenciando essa situação com o programa social “Auxílio Brasil”, que segundo o Governo Federal trata-se de um programa com várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda.

Buscando aprofundar esse debate, vou recorrer a Marx para nos ajudar a entender melhor a categoria trabalho, para a partir dela entendermos de que modo a sociedade capitalista trata sua mão de obra. Neste sentido, Marx expressa que o trabalho se constitui em um processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla sua ação com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1985, p.149).

Diante desse cenário, diariamente, Assistentes Sociais se veem obrigados a serem “polivalentes” durante o exercício profissional, pois cada dia mais as instituições empregadoras impõem tal postura devido a jornadas triplas de trabalho, onde tais profissionais exercem várias funções o que desvia da sua formação acadêmica.

O mundo do trabalho nos últimos anos tem refletido em novas requisições e atribuições, justamente por causa da polivalência, que impacta diretamente no desempenho do trabalho. Para Raichelis (2010), com a implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) em 2005, ocorreu um “boom” de requisição de

profissionais de Serviço Social, contudo, esta expansão também não foi capaz de assegurar melhores condições de trabalho, o que pode ocasionar o adoecimento físico e psíquico dos profissionais.

Essa dinâmica de precarização atinge também o trabalho profissional do assistente social, afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, 758-759).

Segundo dados do CFESS, o Brasil tem hoje aproximadamente 188 mil profissionais com registro nos 27 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), um em cada estado. Esse dado nos remete a pensar de que maneira esses profissionais foram lançados na categoria, de que forma se deu sua formação, como receberam seus estagiários, caso tenham recebido, quais os reatamentos do neoliberalismo na sua formação e na sua prática profissional, dentre tantas outras questões que esse número de profissionais nos instiga a refletir.

Daí a importância da dimensão formativa do profissional de Serviço Social, pois nesse sentido, devemos nos atentar para a importância da dimensão ético-política da competência profissional, atrelada a competência teórico-metodológica e a técnico-operativa, pois somente a partir do desenvolvimento dessas competências profissionais que poderemos no cotidiano do trabalho, buscar respostas, soluções e encaminhamentos para as demandas emergentes da população usuária.

Diante desse cenário de precarização, a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, tem papel fundamental no desenvolvimento de ações relativas a precarização das condições de estágio e supervisão, pois tal política é responsável por regulamentar a entrada dos discentes no campo de estágio. Sendo assim, o aluno só pode ingressar no campo de estágio após ter “cumprido as disciplinas de fundamentos histórico, teórico-metodológicos do Serviço Social I e II e ética profissional, pois são disciplinas

que permitem ao aluno desenvolver o senso crítico e ter “bagagem” com conhecimentos específicos básicos da profissão” (ABEPSS, 2008, p.29).

Como forma de fortalecimento do Estágio, somando-se a PNE, é fundamental que se tenha dentro das Universidades uma Coordenação de Estágio, como “(...) instância, fundamental para o encaminhamento de um estágio com qualidade. Cabe à esta Coordenação atuar diretamente articulada às coordenações de curso ou departamentos, de modo a viabilizar as novas demandas de qualificação do Estágio como elemento central da formação profissional” (ABEPSS,2008, p.24).

Nesse contexto, é relevante que todos os sujeitos envolvidos no processo de estágio estejam interessados e tenham possibilidades de fortalecer cada vez mais os campos pedagógico e educacional, lutando contra as ofensivas da lógica capitalista de transformação do estagiário em mão de obra barata, sub especializada e com direitos trabalhistas negados.

Segundo Iamamoto (2007, p.142), constatam-se profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial sob o comando do capital financeiro, que alteram profundamente as relações entre Estado e sociedade.

Com essa expansão do capitalismo a precarização do trabalho se intensifica a cada momento, surgindo neste contexto a chamada reestruturação produtiva que gera o aumento do desemprego, onde os trabalhadores se submetem a trabalhos cada vez mais precários, informais, terceirizados entre outras formas de trabalho precarizado.

A queda de salário, a redução de gastos públicos, a elevação do desemprego, a privatização são apenas algumas expressões do projeto neoliberal que reflete no campo de estágio, assim como em toda sociedade.

O neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando uma sociedade cada vez mais desigual, alcançando um nível onde não há limites para exploração da força de trabalho, tornou-se hegemônico, pois desde a mundialização do capital, o Estado neoliberal se tornou um elemento político integrante da precarização do trabalho, tendo como objetivo a reprodução capitalista.

Ainda sobre o neoliberalismo, Alves (2007, p. 149) destaca que: “Por isso é que, entra governo e sai governo, a dinâmica neoliberal continua se impondo. A constituição da precariedade e o processo de precarização do trabalho é reflexo da nova estatalidade política neoliberal que surge com o capitalismo global”.

Para termos como nos posicionar diante desse cenário é que devemos defender a Universidade Pública, pois é no seu interior que criamos senso crítico para desvelar a realidade, devemos entender que o estágio tem que ser o momento da formação acadêmica onde estudantes serão inseridos nos espaços coletivos de trabalho, favorecendo a construção de elementos críticos e possibilitando múltiplas determinações para a atuação profissional.

Desse modo, o estágio pode constituir-se em atividades de pesquisa, onde terá a possibilidade de instigar o estudante a problematizar objetos de estudo, assim como atuar em atividades de extensão, momentos que possibilitaram ao aluno a mediação entre instituição de estágio e universidade no sentido de afirmar a indissociabilidade entre teoria e prática na intervenção profissional.

No entanto, reforçando que como estamos inseridos em uma sociedade capitalista, tendo em vista as relações cada vez mais mercantilizadas, observamos que a prática está cada vez mais distanciada da teoria, o que se torna um desafio para o Serviço Social, tal como outras áreas de ensino, pois os espaços sócio-ocupacionais com vistas a atender cada vez mais o mercado por vezes se afasta do sentido da práxis profissional, onde cada vez mais observamos desvio de funções as quais se tornam naturalizadas em meio a categoria profissional.

De acordo com Silva, “(...) é no estágio que mais se evidenciam as pressões advindas do mercado, das novas relações de trabalho, do desemprego e da desregulamentação das profissões”.

Segundo Guerra (2000), as dificuldades de ensinar a prática advém da própria prática, ou seja, pensar o ensino da prática significa pensar no projeto de formação continuada para os profissionais que estão na supervisão de campo, o envolvimento dos supervisores acadêmicos e dos alunos durante todo o processo, durante o aprendizado devemos fazer mediações com a realidade, usando alguns

instrumentais técnico operativos que já foram consolidados ao longo do exercício profissional, mas não apenas isso, mas partindo disso visando uma ação de transformação social.

Indo de encontro com o pensamento da professora Yolanda Guerra, a autora Cláudia Mônica faz uma discussão sobre instrumentos e técnicas numa perspectiva crítica para o Serviço Social a partir do processo de renovação da profissão, processo este nomeado pelo professor José Paulo Netto como intenção de ruptura.

A autora argumenta que instrumentos e técnicas contidos na dimensão técnico operativa também são encontrados em outras dimensões, mas não tiveram uma reflexão profunda sobre sua importância para a instrumentalidade da ação profissional.

Buscando dar materialidade ao tema, vou recorrer a autora, para tentar trazer elementos que corroborem com a utilização de instrumentos no fortalecimento de uma prática profissional qualificada.

Para isso, os Assistentes Sociais, devem fazer a utilização de instrumentos de caráter democrático, coletivo, sempre alinhados com a realidade em que será feita a intervenção.

Nessa ação, o conhecimento da realidade onde será feita a intervenção é imprescindível neste processo de escolha do instrumental, assim como a apreensão da dinâmica da realidade tem influência sobre a coerência entre os instrumentos utilizados e as determinações assumidas pela “Questão Social” nos diferentes espaços sócio ocupacionais.

Segundo a autora, podemos dizer que os instrumentos e técnicas são: elementos que compõem os meios de trabalho; elementos que, dentre outros, compõem a dimensão técnico-operativa do Serviço Social – que, por sua vez, mantém uma relação de unidade com as demais dimensões, apesar de sua especificidade; não estão soltos no tempo e no espaço e não possuem um fim em si mesmo, uma vez que, não estão descolados da finalidade que o profissional imprime à sua ação.

Com base nessa concepção, o agir profissional deve ser antecedido pelo pensar sobre os valores que impregnam as ações do Serviço Social, sobre as

respostas que a profissão vem dando às demandas postas e sobre as direções que orientam tais demandas. Ou seja, é necessário o conhecimento da profissão, de suas condições, possibilidades e determinações, são essas reflexões que vão permitir ao Assistente Social a escolha pelos instrumentos e técnicas da intervenção mais adequados à realidade social que esteja intervindo.

Reforço, entretanto, que o manuseio dos instrumentos exige habilidades técnico-operativas que vão para além do domínio dos procedimentos corretos como, por exemplo, realizar uma entrevista, reunião, assim sendo, a escolha dos instrumentos tem que esta articulada também as dimensões econômico-sociais e ético-políticas, relativas aos profissionais e aos sujeitos de classe.

A autora sugere ainda que as Diretrizes Curriculares, tratem do tema das particularidades das técnicas e dos instrumentos conjugadas com o debate filosófico, teórico e ético político, para fornecer elementos ao “como fazer”, habilitando os futuros profissionais a manusear tais instrumentos na perspectiva crítica.

Reforçando essa ideia, a autora parte da reflexão da práxis como categoria central, a partir de Marx e outros autores como Vasques e Lukács, para reafirmar a centralidade da práxis, mostrando a indissociável relação entre teoria e prática.

Nessa direção, reforça a importância do fazer profissional com os instrumentais.

Por fim, enfatizo que sendo o Serviço Social uma profissão de natureza interventiva, a utilização dos instrumentos e técnicas deve ter um lugar privilegiado no debate sobre a ação profissional, mas tendo como base o referencial crítico dialético, pois se faz necessário pensar o sentido dos instrumentos e suas finalidades relacionadas ao objeto de intervenção para que seja utilizado com objetividade. "

Nesse sentido, a formação profissional vai estar comprometida com o desenvolvimento das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

É de fundamental importância, destacar que a relação com os usuários dos serviços oferecidos pelas instituições onde atuam os Assistentes Sociais, deve ter o compromisso com a qualidade da atenção destinada ao atendimento das demandas,

ou seja, é preciso salientar que, no que tange à formação profissional, os campos de estágio se constituem importantes espaços para a realização da reflexão sobre vários aspectos da formação, principalmente sobre como se dá o exercício profissional.

O compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social — formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

(Netto, 2006, p. 155)

Ressalto que um dos principais desafios para essa formação, está atrelada ao ensino a distância, que além de possibilitar uma formação precária, sem rigor teórico-metodológico e ético-político, é responsável por dissociar o tripé ensino-pesquisa-extensão, além de proporciona um alto índice de desemprego e o achatamento dos salários da categoria, haja visto que há uma grande oferta de profissionais no mercado.

É preciso destacar que, no que tange a formação profissional, os campos de estágio são espaços fundamentais para uma formação profissional qualificada. Dito isso, é preciso enfatizar também a relevância das bases teórico-metodológicas da profissão, que se constituem recursos essenciais para que o assistente social as acione no exercício de seu trabalho, pois "contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam" (Iamamoto, 2003, p. 63).

O fato de o estágio supervisionado ser considerado um momento singular e privilegiado para o aprendizado da prática profissional e, sobretudo, da construção dos valores éticos, não significa que seja o único, já que a prática profissional e especialmente a ética possuem uma relação com o cotidiano.

Outro ponto a ser destacado no sentido de superar os desafios de uma formação profissional aliada a uma supervisão de estágio está na necessidade de se falar em pesquisa, pois a partir dessa temática enquanto instrumento fundamental para o aprimoramento do processo de trabalho do Assistente Social é que vai ser possível superar a realidade imediata e propiciar formas de enfrentamento dos

desafios colocados no contexto social, bem como desvelar a realidade das mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Atualmente, nas políticas sociais, os profissionais são requisitados com frequência para realizar avaliações e estudos da realidade social, tendo em vista que Assistentes Sociais são responsáveis por fazerem uma leitura da realidade que vai permitir orientar suas ações, logo, suas investigações dependem da visão de mundo, de determinada maneira de conceber os sujeitos e a sociedade. Essa visão deve estar atrelada ao projeto ético-político para se direcionar as investigações e a interpretação dessa realidade social. Ao abordar esse tema é necessário enfatizar a questão metodológica, pois possui relação intrínseca com o modo de pesquisar, ou seja, de ver, agir e pensar a realidade.

Outro desafio para a supervisão são as precárias condições de trabalho e estágio em determinados espaço sócio ocupacionais, algumas dessas condições se apresenta devido o acúmulo involuntário de carga de trabalho dos profissionais de Serviço Social; ao escasso tempo para o aperfeiçoamento intelectual; aos limites institucionais que não concebem o estágio como procedimento didático pedagógico; a falta da realização de cursos de capacitação para supervisores de campo.

Já com relação à supervisão acadêmica, salienta-se que a precarização e mercantilização do ensino atinge diretamente o processo ensino-aprendizagem, pois o professor/supervisor acadêmico, além de sofrer as mazelas do capital por ser um trabalhador, está submetido à política institucional do campo profissional, muitas vezes, não se disponibilizam recursos para a realização de visitas aos campos de estágio, tampouco a possibilidade do docente supervisor acadêmico manter o imprescindível diálogo com o supervisor de campo, atividades essenciais para a efetivação das normativas e legislações que regem o Estágio em Serviço Social. Nesta perspectiva, se faz necessário entender que o processo de trabalho do Assistente Social é permeado pelas relações capitalistas em todos os âmbitos.

É fundamental a compreensão do movimento contraditório, uma vez que a profissão está inserida na sociedade capitalista, que é antagônica e constituída por relações desiguais de poder. Esta afirmação é embasada pelo fato dos supervisores de estágio se configurarem como trabalhadores, assalariados, inseridos na divisão

sócio técnica do trabalho e sofrerem rebatimentos do sistema capitalista, que visa somente a produtividade e sua própria reprodução.

Desta forma, para se pensar em estágio supervisionado, precisa considerar a forma como o Serviço Social é concebido, as correlações de forças presentes nos espaços de atuação e analisar o processo de trabalho da profissão.

Estágio Supervisionado: É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABEPSS, 1996, p. 19).

Observa-se ainda que nos últimos anos além dos vários processos de mudança implementados no Estado brasileiro, sobretudo a partir dos anos 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) também houve mudanças significativas na política educacional, apresentando traços do neoliberalismo, o que se tornou outro desafio para a categoria, pois a reforma política que ocorreu no Estado brasileiro contribuiu para a privatização do ensino em todas as instâncias, principalmente no ensino superior, onde a educação passou a ser mercantilizada como qualquer outra mercadoria que se vende visando para além da qualidade os lucros.

Contudo, estas mudanças causam diversos impactos frente a educação brasileira, onde de acordo com Netto (2000, p.27) teve rebatimentos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB com relevantes aspectos, como o favorecimento à expansão do privatismo, ou seja, o ensino superior se tornando uma área de investimento do capital, visando cada vez mais lucros, além de colocar fim na relação ensino/pesquisa e extensão no interior da academia, outro aspecto é a extinção do caráter universalista da Universidade, atuar diretamente no nexo organizador da vida universitária, ou seja, a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, reduzindo a autonomia universitária.

Reforçando essa lógica neoliberal, uma expansão dos cursos à distância, tecnólogos e dentre outras modalidades de ensino, as quais aumentam

quantitativamente o número de profissionais especializados com baixa qualidade frente a formação profissional, reforçando uma educação superior a serviço do mercado, guiada por empresários conforme a lógica capitalista.

Esses são alguns dos grandes desafios postos à categoria profissional para aprofundamento do debate sobre a precarização do ensino superior diante da crescente formação graduada massiva decorrente da expansão acelerada da educação superior como “negócio do capital”, com perda gradativa e significativa de qualidade do trabalho do assistente social findando em sérias implicações na vida dos segmentos de classe atendidos e na defesa de seus direitos sociais (IAMAMOTO, 2009, p.43).

Com relação ao estágio, reforço que, conforme já exposto anteriormente, é uma atividade curricular que tem vistas a propiciar aos discentes a complementação do ensino aprendizagem e tal atividade precisa ser planejada e ter intencionalidades, ou seja, devemos buscar uma formação profissional com qualidade.

Quando o estágio se torna uma atividade não planejada, sem intencionalidades, se descaracteriza e perde sua dimensão pedagógica.

O estágio está regulamentado pela Lei Federal 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio em território nacional como já mencionado anteriormente.

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Com o exposto, é possível perceber que o conjunto de sujeitos que compõe o estágio supervisionado em Serviço Social estão no cerne da sociedade capitalista e sofrem influências e que o cotidiano profissional é permeado pelas várias

expressões da “Questão Social”, advindas do modo de produção capitalista e da divisão social e sexual do trabalho.

Dito isso, pode-se afirmar que o estágio se ancora nos princípios presentes nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), que implica em capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Segundo a Política de Estágio da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018, p. 8), o estágio se constitui com:

[...] a inserção do (a) discente (a) no mundo do trabalho, tendo em vista potencializar seu processo de formação profissional, articulando processual e progressivamente conteúdos teórico-práticos, ético-políticos e técnico-operativos na perspectiva da síntese do real e produção de conhecimentos.

Ressalto que a capacitação do aluno se efetiva pelo conhecimento acumulado, onde todo seu instrumental teórico e prático será usado para o enfrentamento da realidade social, se tornando elemento que dará significado ao processo de trabalho da supervisão. Assim, os supervisores, tanto de campo quanto acadêmicos, e os alunos devem compreender a importância do estágio supervisionado para que possam identificar os modos de formação da identidade social da profissão, que se insere na ordem vigente, devendo sempre buscar qualificação, articulação entre as supervisões acadêmica e de campo, além de propiciar ao acadêmico uma compreensão sobre o estágio, principalmente sobre seu papel na condição de estagiário, sobretudo ter em mente que são atores ativos na dimensão ensino aprendizagem, que há caminhos e possibilidades para afirmar a autonomia e construir projetos societários para além dos limites postos pela ordem societária impressa historicamente e reafirmada nos marcos do capitalismo contemporâneo.

Reforço, com base na lei 11.788/2008, no que se refere às condições para a realização do estágio, alguns parâmetros importantes que auxiliam a diferenciação do estagiário do trabalhador.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência. Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não

obrigatório § 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício. § 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social. Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares. § 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação. § 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano. Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

São muitos os desafios profissionais e acadêmicos presentes atualmente na sociedade, dentre os quais Iamamoto (2009) elenca cinco: 1) A exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e consequentes refrações no exercício profissional; 2) Rigoroso acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país; 3) A articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais; 4) A afirmação do horizonte sociais e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta; 5) O cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional. (IAMAMOTO, 2009, p.43 - 44).

A categoria deve ainda se preocupar com mais atenção aos campos de estágio, procurando criar espaços na academia para envolvimento dos profissionais supervisores de campo, mesmo que isto se constitua em um desafio, pois sabemos que muitos profissionais não possuem tempo disponível para além do campo de trabalho, tendo outras responsabilidades.

Dessa forma, as entidades da categoria, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS),

e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), devem se mobilizar com vistas a encontrar respostas frente às ofensivas do capital ao Serviço Social e a educação brasileira como um todo.

Neste capítulo, falamos sobre alguns dos desafios para a supervisão de estágio em Serviço Social, trazendo reflexões desde os rebatimentos do neoliberalismo na formação profissional, assim como alguns debates referentes às diretrizes curriculares do curso e alguns apontamentos relativos aos instrumentos de ação profissional.

CAPÍTULO 3 - RELATOS DE UM ESTÁGIO: SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE

Nesse momento, vamos abordar o estágio em Serviço Social na área da Saúde, usando como parâmetro o estágio em Serviço Social realizado dentro de um Hospital Universitário, o qual é “referência no tratamento de diversas patologias de alta complexidade, além de realizar procedimentos inéditos e estudos pioneiros em parceria com entidades nacionais e internacionais, além de ser um centro de excelência em ensino, pesquisa e extensão, sendo braço assistencial da maior Universidade Federal do país.

O Hospital em referência é vinculado ao Ministério da Educação e ao Sistema Único de Saúde (SUS), tem como Visão ser um centro de excelência em assistência, ensino e pesquisa e sua missão é desenvolver ações de ensino e pesquisa em consonância com a função social da universidade, articulada à assistência, à saúde de alta complexidade e integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo ao seu público atendimento de qualidade e de acordo com os princípios éticos e humanísticos.

Seus objetivos institucionais são:

Atuar como hospital de nível terciário, inserido no sistema de referência e contra-referência do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Suplementar;
Operar de forma articulada, atendendo às demandas técnico-científicas das unidades de saúde do SUS e do Sistema Suplementar;

Servir de campo de treinamento para o ensino de graduação das profissões de saúde no que se refere à assistência de média e alta complexidade;

Propiciar a realização de cursos de pós-graduação e de especialização das unidades docentes, enfatizando os programas de Residência Médica e Residência Interdisciplinar, atividades educacionais de responsabilidade do HU;

Treinar pessoal de nível médio e auxiliar com vistas ao aprimoramento da qualidade dos próprios serviços e no Sistema de Saúde e à manutenção de bons padrões de rotina de atendimento;

Propiciar um ambiente de estímulo à pesquisa, dando ênfase à integração nos diversos setores de ciências da saúde;

Contribuir para a formação da equipe de saúde, graças ao trabalho conjunto e à co-participação nas responsabilidades, dentro do respeito às normas do exercício profissional” (Site www.hucff.ufrj.br).

De acordo com informações retiradas através do site do Hospital, “o Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das ciências humanas e sociais para análise e intervenção nas diversas expressões da "questão social".

Está inserido em diversas áreas das políticas públicas, especialmente, nas áreas da saúde, assistência social, previdência social, educação, habitação e justiça, com o papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar a construção de políticas, programas, projetos e serviços sociais. Nas unidades de saúde este profissional atua na identificação das condições de vida e trabalho dos usuários, assim como os determinantes sociais que interferem no processo saúde doença, e, a partir daí, orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de acionar recursos internos e externos à unidade de saúde para o encaminhamento dos usuários, possibilitando o exercício da cidadania, adesão ao tratamento de saúde e acesso aos direitos sociais”.

Com base no princípio da saúde como um direito social do cidadão e cidadã brasileiro/a, o Serviço Social insere-se na equipe multidisciplinar do hospital contribuindo para o fortalecimento dessa política, especialmente em tempos marcados pela precarização dos serviços e das condições de trabalho dos profissionais que atuam nesta área.

Dada à importância do estágio na formação profissional do Assistente Social e os desafios que se apresentam na realidade econômica, política e cultural da sociedade brasileira, vale ressaltar a necessidade de se estabelecer uma interlocução permanente entre as Instituições de Ensino e as Instituições que são campos de estágio.

Nesse sentido, a universidade tem a responsabilidade de dar a direção ao processo de formação, para tanto, deve oferecer aos supervisores de campo oportunidades de qualificação permanente e, conseqüentemente, garantir a qualidade da formação do acadêmico. Os trabalhos desenvolvidos nos estágios devem envolver diretamente os estudantes, os supervisores acadêmicos e de campo. Essa articulação, entre sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, contribui para a efetivação do papel da universidade na produção e socialização do conhecimento com vistas a atender as necessidades da sociedade.

É justamente nessa perspectiva que devemos pautar e contribuir para o desenvolvimento da política de estágio, embora iremos nos deparar com muitos desafios a serem enfrentados.

Para que possamos enfrentar dia após dia esses desafios, devemos estimular cada vez mais uma postura investigativa por parte dos estudantes e profissionais das unidades de estágio, para que percebam o cotidiano interventivo como um locus privilegiado a partir do qual se podem realizar reflexões mais profundas sobre a realidade vivida pela população usuária, no caso, principalmente dos serviços de saúde.

Com o acirramento das expressões da “Questão Social” as políticas sociais na atualidade são planejadas para atender demandas cada vez mais seletivas, ou seja, criam-se uma série de exigências e elegibilidade, que faz com que grande parte da população usuária fique de fora, o que causa muitas vezes a impressão que

o Serviço Social atua simplesmente como um centro de triagem e encaminhamentos sociais.

Nesse âmbito, os profissionais são chamados a intervir por possuir uma capacidade técnica que envolve o conhecimento desses critérios de elegibilidade e, portanto, poder de decisão sobre as condições de vida da população e sobre as respostas demandadas pela instituição.

Torna-se nesse sentido, o meio pelo qual, esse seja o único local dentro de uma Unidade de Saúde onde a população usuária terá meios de ter acesso a diversas áreas sociais, como educação, habitação, assistência social, previdência social, etc, ou seja, apesar da limitação imposta inicialmente, os sujeitos sociais poderiam ser inseridos em uma rede de proteção social.

Embasados nesta perspectiva de inclusão, o Assistente Social tem que ter como perceber que a necessidade apresentada inicialmente pelo usuário, vai além de não estar doente, ou seja, sua saúde perpassa pela sua condição de vida, de trabalho, de educação, etc. Na maioria das vezes, o problema relacionado à saúde do cidadão é decorrente da falta de emprego, condições mínimas de subsistência, habitação; este usuário fica impossibilitado de perceber sua vida além da satisfação das suas necessidades básicas.

Ou seja, na área da saúde, o contato inicial com o usuário é fundamental para viabilizar e efetivar seu acesso aos direitos sociais, garantidos na Constituição de 1988, podendo significar, também, um momento de reflexão importante na construção de estratégias de lutas mais amplas, para além das necessidades imediatas apresentadas pelo usuário.

“Saúde não é simplesmente não estar doente, é mais: é um bem estar social, é o direito ao trabalho, a um salário condigno; é o direito a ter água, à vestimenta, à educação, e até, a informação sobre como se pode dominar o mundo e transformá-lo. É ter direito a um meio ambiente que não seja agressivo, mas que, pelo contrário, permita a existência de uma vida digna e decente; a um sistema político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e de autodeterminação de um povo. É não estar todo tempo submetido ao medo da violência, tanto daquela violência resultante da miséria, que é o roubo, o ataque, como a violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos os interesses que não sejam os do povo...” (AROUCA, 1987:36)

Reforço que de acordo com os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (2009⁵), foi apresentado um conjunto de atribuições e competências para o profissional de Serviço Social, que podem contribuir para a defesa das políticas públicas de saúde, garantia dos direitos sociais, para o fortalecimento da participação social e das lutas dos sujeitos sociais.

Além dos Parâmetros, o código de ética da profissão apresenta ferramentas necessárias para o trabalho dos Assistentes Sociais na saúde em todas suas dimensões, tais como na prestação de serviços diretos à população, planejamento, assessoria, gestão e na mobilização e participação social, reforçando a necessidade de esta articulado e atento aos movimentos dos trabalhadores e de usuários pela efetivação do SUS (Sistema Único de Saúde), criado em 1988 pela Constituição Federal Brasileira.

Os Assistentes Sociais atuam em quatro grandes eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional, segundo os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (2009).

Dito isso, é esperado que o assistente social realize ações de articulação com a equipe de saúde, refletindo e deixando claro quais são as suas atribuições, pois muitas vezes existe essa dificuldade de compreensão por parte de outros profissionais sobre quais são as competências da profissão, essa dificuldade é devido a dinâmica de trabalho imposta nas unidades de saúde determinadas por uma grande demanda de atendimento.

É numa conjuntura de conquistas e tensões que o Assistente Social trabalha na Saúde, apesar dos enormes avanços presentes após o SUS, os desafios também estão postos.

O que se observa com maior frequência [...] é o assistente social analisar (e indignar-se) frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos os

⁵ Tem por objetivo fornecer subsídios para ampliar o debate e possibilitar uma reflexão dos profissionais face às ações realizadas bem como, fortalecer o projeto ético-político profissional. Não se pretendeu abordar todas as atribuições e competências, pois considera-se que estas estão em permanente construção, sendo um desafio aos assistentes sociais que atuam na saúde.

trabalhadores assalariados, mas estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe (RAICHELIS, 2011, p. 426).

As demandas que chegam ao Serviço Social não chegam de modo isolado, mas acompanhada de outras necessidades sociais, são necessidades que partem de uma concepção ampliada, envolvendo a educação (procura de vaga em creches), Assistência Social (Bolsa família, Benefício de Prestação Continuada – BPC, alimentação, vale-transporte), trabalho (desemprego), habitação (falta de moradia) e direitos previdenciários (grande maioria no mercado informal).

Com a criação do SUS o Serviço Social na área de saúde passou a atuar em praticamente todos os espaços sócio-ocupacionais desta área, além de ter a necessidade de passar a contar com uma rede de apoio, que conte não apenas com serviços oferecidos pela profissão, mas também com diversas outras áreas. É preciso destacar que Serviço Social enfrenta na área da saúde outros obstáculos, não referentes a legislação, mas a prática profissional no cotidiano, como a falta de infraestrutura para a realização do trabalho e a constante disputa por espaço profissional, quando por exemplo encontra dificuldades quanto levar sua opinião em consideração nas tomadas de decisão na gestão em saúde, porque prevalecem os interesses políticos e econômicos, além da posição dos médicos no interior das unidades de saúde.

Outra dificuldade importante a se destacar é a possível perda de espaço do Serviço Social em alguns espaços sócio-ocupacionais de direito, por isso é indispensável que o profissional conheça seu papel, suas funções e formas de atuação profissional, sem perder de vista o Código de Ética e as leis que regulamentam a profissão e traz as particularidades da mesma, destacando que é possível realizar um trabalho multiprofissional e interdisciplinar, características essas muito importantes nos serviços prestados à população, já que contribuem para uma ação integral que visa a promoção da saúde no seu conceito ampliado.

Para além de questões que envolvam o fazer profissional do Assistente Social, nos deparamos com um sucateamento crescente nas unidades de saúde,

que vai desde a falta de material dos mais básicos como seringas, esparadrapos, fraldas, algodão, entre outros, ampliando esse sucateamento para a falta de estrutura física apropriada para abrigar profissionais para que os mesmos possam realizar um atendimento qualificado aos usuários, no caso do Serviço Social, muitas vezes não há local adequado para atendimento, o que faz com que algumas vezes não seja possível respeitar o sigilo.

Tais mazelas se ampliam para a falta de materiais de trabalho como computadores, telefone, impressora, resma de papel, cadeiras, carro para deslocamento para realizar as visitas domiciliares entre outras dificuldades.

Mas não podemos ser fatalistas e pautar nossa ação diante de tais precarizações, justificando uma ação desqualificada, ou até mesmo a falta de ação por não ter meios adequados de agir, devemos buscar possibilidades.

Ressalto que o SUS é uma consolidação das lutas pela saúde pública travadas durante anos, ganhando grande destaque durante o movimento de Reforma Sanitária, se tornando um fenômeno social de caráter democrático, onde para uma plena efetivação da saúde pública, não bastava apenas ter seu reconhecimento legal, mas era necessário o reconhecimento da classe trabalhadora e todos os sujeitos envolvidos na Reforma Sanitária como partícipes dessa conquista.

Desse modo, após a implementação do SUS, tais “lutas” por direitos, deveriam ter sido ampliadas, para ganhar cada vez mais notoriedade, para que a saúde pública tivesse cada vez mais força e se fizesse presente nas relações sociais, principalmente por estarmos em uma sociedade capitalista em que cada vez mais a política econômica neoliberal se amplia e abre espaço para a mercantilização da saúde.

Diante de cada vez mais desafios do Sistema Único de Saúde, as exigências profissionais para os Assistentes Sociais se multiplicam, sendo necessária uma formação profissional afastada do conservadorismo, uma formação teórico-metodológica plena de historicidade se faz necessária, para que seja possível uma atuação profissional cada vez mais fiel ao código de ética, onde

possamos cada vez mais viabilizar os princípios da universalidade de acesso e equidade em relação aos direitos sociais, principalmente com relação a saúde pública e sempre tendo em mente o conceito ampliado de saúde.

Nesse sentido, a ação profissional do Assistente Social deve ser vista pela ótica da totalidade, ou seja, devemos atuar nas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social, com as instâncias de poder e com as representações culturais – científicas e ético-políticas – que influenciam e incidem nas sistematizações da nossa prática e ação profissional. (IAMAMOTO, 1999, p. 191)

Com base nessa concepção é que se enfrenta o desafio de tratar a prática profissional a partir de sua categoria básica que é a ação profissional. As ações profissionais, segundo Miotto (2006), se estruturam sustentadas no conhecimento da realidade e dos sujeitos para as quais são destinadas, na definição de objetivos considerando o espaço dentro do qual se realiza, na escolha de abordagens adequadas para aproximar-se dos sujeitos destinatários da ação e compatíveis com os objetivos.

Finalmente implica na escolha de instrumentos apropriados às abordagens definidas e também de recursos auxiliares para a sua implementação. Todo esse processo se opera com base no planejamento, na documentação e num apurado senso investigativo.

Parte-se da premissa que toda ação profissional se constrói como processo, não existindo à priori, pois é parte integrante do processo histórico, estando em jogo distintos determinantes sociais. Porém, de forma geral ela pode ser definida como o conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a uma determinada profissão e realizadas por sujeitos/ profissionais de forma responsável e consciente.

Portanto, contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética, e expressa no momento em que se realiza o processo de apropriação dos profissionais quanto fundamentos teórico-metodológico e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico. São as ações profissionais que colocam em movimento, no âmbito da realidade social, determinados projetos da profissão.

Neste capítulo, trouxemos algumas reflexões sobre o dia a dia do estágio na saúde pública, assim como um debate inicial sobre os Parâmetros para Atuação de

Assistentes Sociais na Política de Saúde, reforçando o conceito ampliado de saúde, onde a atuação do Assistente Social tem grande impacto na vida do usuário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio é um momento privilegiado na formação profissional do Serviço Social, temos que aprofundar reflexões e ampliarmos o debate acerca do tema. Não podemos nos limitar aos muros das universidades ou as paredes dos espaços sócio ocupacionais, devemos manter o tripe academia, profissionais e estudantes sempre próximos para compartilharmos conhecimento e contribuirmos para superação das desigualdades sociais.

Os Parâmetros para Assistentes Sociais na Saúde teve grande contribuição para a ação dos Assistentes Sociais, pois trouxe análises e algumas questões referentes a alguns embates teórico-metodológicos que têm ocorrido no Serviço Social com repercussão na saúde, além de fortalecer o Projeto Ético Político Profissional.

O profissional tem que agir de forma criativa, propositiva de viabilizar determinadas ações, usando o “aparato” do Estado, mas não podemos confundir com “voluntarismo”, por isso devemos ter sempre como princípios norteadores a indissociabilidade entre as dimensões técnico metodológicas (leitura da realidade), ético político (sigilo) e técnico operativo (projetos, redes, relatórios, entrevistas), um

exemplo é no caso do cotidiano de trabalho do Assistente Social na saúde, onde o profissional realiza junto aos usuários a análise dos aspectos e determinantes sociais que envolvem o processo saúde/doença, atendendo às suas demandas, assim como outras demandas da população.

Com relação às atribuições e competências do Assistente Social, não foi feita uma abordagem em todas as possibilidades a partir dos Parâmetros, haja vista que tais contribuições e competências estão em constante formação.

Em especial na saúde reforço que o acolhimento, escuta e a escrita são maneiras de atuação de extrema importância, pois a partir delas, os vínculos são enfatizados como elementos que podem ser diferenciais na relação do Assistente Social com os usuários, mas esse diferencial perpassa pela maneira que usamos instrumentos para o desenvolvimento dessa ação, ou seja, a forma como o profissional se utiliza da linguagem, a maneira que essa linguagem se transforma em escrita e a forma de escuta, terão grande impacto na realidade desses usuários, pois o Assistente Social precisa saber que essa escrita e escuta e sua capacidade e disponibilidade de ouvir os usuários e suas necessidades, serão o meio de interação com esses usuários, que a partir dessa interação, poderá reconhecer a realidade vivida por esse usuário, no caso, essa realidade é permeada por desejos, crenças, temores, fatores socioeconômicos, ou seja, nossa escuta não pode se limitar ao que é falado, mas também as lacunas desse discurso, pois através da linguagem reforçamos a compreensão ampliada do processo saúde doença, lamamoto disse que por meio da linguagem o Assistente Social deve estabelecer relações e vínculos com seus usuários.

Na tentativa de ampliar o debate e aprofundar algumas reflexões referentes ao estágio na saúde, trarei alguns elementos da minha rotina enquanto estagiária de um Hospital Universitário.

Um desses momentos da minha rotina enquanto estagiária que podem contribuir com o tema em estudo foi quando me deparei com um cenário envolvente no campo de estágio, digo com relação a organização do serviço, de modo que havia momentos do dia reservados para discussão de casos particulares do andar, eram nesses momentos que realizamos trocas de saberes, experiências acadêmicas e profissionais, nesses momentos nossos encontros eram sempre muito proveitosos,

pois a partir de um caso, conseguimos sistematizar toda uma prática profissional, claro que tendo em mente que cada usuário é único e sua realidade social tem que ser considerada durante toda intervenção.

Outro ponto de destaque observado durante minha experiência de estágio é com relação a entrevista, entendi que se trata de um instrumento para ser usado durante a prática profissional, como forma de realizar os objetivos do trabalho profissional, ou seja, faz parte do trabalho, deve ser usada como forma de auxiliar o Assistente Social na sua prática.

Outras demandas observadas durante a realização do estágio foram relativas a orientações quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários; direito de transporte (Vale Social, RioCard), agendamento de transporte para realizar exames fora da unidade, contato com a família, via telefone, para comunicar a alta hospitalar, encaminhamento dos acompanhantes para nutrição para fins de receber refeições durante a permanência no hospital. Orientações para ter acesso a medicamentos especializados / alto custo (RIOFARMES), assim como ter acesso a materiais médico-hospitalares (órteses e próteses).

Presenciei casos em que o Serviço Social disponibiliza uma autorização especial para visitas em horários diferenciados, além de realizarem um trabalho de sensibilização quanto a importância da doação de sangue.

Importante mencionar também sobre a importância na atual conjuntura de se quantificar o serviço, pois é a partir desses números que podemos propor e reivindicar melhores condições de serviço e solicitar Políticas Sociais voltadas para determinado público.

Mioto (2007) observa que, pelo fato das ações profissionais estarem calçadas predominantemente no uso da linguagem, serão os registros das ações que irão permitir obter dados e dar visibilidade a intervenção profissional, ou seja, o ato de documentar é instrumento de comunicação e memória, sendo elemento essencial para o trabalho do Assistente Social, pois possibilita subsidiar a organização e a divulgação do trabalho, conservando a memória da profissão em seus diferentes espaços sócio ocupacionais, o que reforça a importância da sistematização da prática do Assistente Social.

Com relação a atuação do Serviço Social na Instituição, já mencionei que passei por momentos de mudança de postura, já presenciei um Serviço Social Conservador, onde não havia grandes desafios e tão pouco se pensava um Serviço Social atuante nas expressões da “Questão Social”, se tornando apenas uma categoria profissional na unidade, não assumindo sua real importância e deixando de enfrentar tais expressões.

Reforço aqui a importância de um atendimento de qualidade, onde um parecer social deve ser realizado com uma análise prospectiva, ou seja, projetando o futuro, onde podemos observar os desdobramentos de determinadas ações, respeitando o rigor teórico necessário para elaboração de um parecer, mas sabendo que a partir de um conhecimento da realidade social nossa ação terá retorno e impacto na realidade social daquele usuário, no nosso caso, como exemplo recorde de um usuário que chegou ao hospital transferido para realização de determinada cirurgia, mas que sua realidade naquele momento perpassa por muitas expressões da “Questão Social”, tais como filhos fora da escola, casa sem saneamento básico, sem acesso a benefício social, ou seja, a ação do Assistente Social, diante dessa situação terá forte impacto na vida social desse usuário, ou seja, reforça a importância de um parecer social qualificado.

Durante meu estágio, também já presenciei a instituição sem insumos básicos para realização de curativos, falta equipamentos para realização de exames, falta de leitos, dentro uma série de problemas decorrentes do neoliberalismo e dessa política de desmanche imposta pelo atual governo. Mas, tenho consciência que não podemos ter isso como “desculpa”, temos que enfrentar essas e outras expressões da “Questão Social”, acredito que devemos propor maneiras de superar tais dificuldades para que juntos possamos resistir.

Dito isso, ressalto a importância do Serviço Social se afirmar e se colocar enquanto categoria profissional do hospital, devendo apresentar suas atribuições e competências, se mostrando profissional interventivo sobre as expressões da “Questão Social”, pois essas relações presentes entre profissionais, usuários e familiares interferem diretamente no planejamento, na prática profissional e no

desenvolvimento de ações do Serviço Social para além do hospital, pois uma das atribuições do Assistente Social é garantir o acesso a determinados serviços, compreendendo que nosso papel é identificar demandas e viabilizar o acesso ao atendimento da mesma, não apenas informar algo, mas viabilizar o acesso.

Ressalto que o exercício profissional do Assistente Social não pode ser reduzido a questões técnico operativa ou teórica, dada sua complexidade tendo em vista a diversidade dos espaços sócio ocupacionais onde atuam. Um claro exemplo sobre tal complexidade está na formulação de políticas sociais, seu planejamento, gestão e articulação com os demais serviços ou programas sociais, pois cada serviço tem sua particularidade, que requerem modalidades operativas flexíveis, que dependendo da conjuntura política vigente não teria recursos públicos suficientes para sua implementação.

Desse modo, o processo interventivo do Assistente Social, não se constrói a priori, ao contrário, ele se molda no seu trajeto, estando intimamente relacionado aos sujeitos envolvidos, assim como espaço sócio ocupacional e usuários das suas ações.

Dada a essa complexa atuação, o Assistente Social tem que qualificar suas ações, não buscando formação em outras áreas profissionais, mas se aprofundando no conhecimento da sua profissão, estabelecendo um conhecimento crítico sobre a realidade que será seu objeto de intervenção.

O que muitas vezes acontece é que o fato de alguns profissionais não se apropriarem das suas competências e atribuições, favorece a perda de mercado de trabalho.

Apesar da precarização do Sistema Único de Saúde, enquanto profissionais devemos ter em mente que é a partir do que temos de referencial teórico e do acúmulo de análises críticas sobre o movimento da realidade que teremos capacidade de viabilizar acesso a direitos nas suas múltiplas determinações.

Reforço que enquanto Assistente Social que atua na gestão, tal profissional não pode se “afastar” da sua atribuição interventiva, crítica, ao contrário, nessa área

principalmente que o Assistente Social tem que pensar na coletividade do sujeito de direitos, partindo dos quatro eixos de atuação na área da saúde, ou seja, atendimento direto ao usuário, outro eixo de suma importância, tendo em vista o cenário de precarização instaurado é de mobilização, participação e controle social, além de investigar, planejar e gerir políticas sociais e por fim assegurar, qualificar e uma formação profissional permanente, com estímulos à produção de material teórico de qualidade, que permitam uma análise crítica do campo de atuação, além de reforçar os princípios do Código de Ética.

Não podemos reproduzir que na prática a teoria é outra, devemos nos apropriar de elementos teóricos e críticos que nos permitam fazer uma leitura “desvelada” da prática, reconhecendo seus elementos contraditórios e a partir disso produzir material teórico que tenha análise crítica a partir do trabalho explorado, das relações de adoecimento que perpassam as relações sociais além da reprodução da força de trabalho, que enquanto profissionais assalariados fazemos parte.

Por fim, temos que reconhecer a condição ativa dos sujeitos que demandam de políticas públicas, pois tais sujeitos precisam participar e intervir na implementação dessas políticas, pois assim se sentem empoderados enquanto usuário, se sentem parte da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS. CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Cadernos Abess, São Paulo, n.7, p.58-76, 1997.

BRASIL. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993.

BRASIL. Lei Nº 11.788. Dispõe sobre os estágios de estudantes. Diário Oficial da União. Brasília: 26 set. 2008.

CFESS. Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional. Orgs: Conselho Federal de Serviço Social. Colaboradores: Rosa Prêdes Et al. Brasília: CFESS, 2005.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Brasília, 2008.

_____ http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISORONADO.pdf

CHENAIS, François. A mundialização do capital. Editora Xamã, São Paulo, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

ERUNDINA, Luiza. Análise do contexto socioeconômico e político no Brasil na década de 1970 e suas implicações para o serviço social. In: CFESS (Org.). 30 anos do Congresso da Virada. Brasília, 2009. p. 107-119.

GUERRA, Yolanda. O ensino da Prática no Novo Currículo: elementos para o debate. 2002

GUERRA, Y. O ensino da prática profissional no Serviço Social. Temporalis, Brasília, v. 1, n. 2, 2000

http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf

<https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-o-que-voce-precisa-saber-sobre-estagio-em-servico-social-orientacoes-eticas-e-legais.pdf>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. (Orgs.). Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.15 - 50

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche – Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 380 p.

MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Primeiro livro; o processo de produção do Capital V. II. RJ; Bertrand Brasil S.A, 1994.

MOTA, Ana Elizabete da et al. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da Crise e Seguridade Social. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). 30 anos do Congresso da Virada. Brasília (DF), 2009.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. Temporalis 1. Brasília, Ano I, n. 1, jan./jun. 2000.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, A. E.; BRAVO, M. I. S.; UCHÔA, R.; NOGUEIRA, V.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L; TEIXEIRA, M. (Org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

RAICHELIS, R. Intervenção Profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez., 2010.

SANTANA, Necilda de Moura. O Processo de Supervisão na Formação Profissional do Assistente Social. 2012, p.8

SANTOS, Cláudia Mônica. Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.